

ÉTICA E ESTATUTO

QUESTÃO 01

LETRA B – ART. 34, XVIII/EAOAB

QUESTÃO 02

LETRA D (Art. 55, §1º/NCED)

QUESTÃO 03

LETRA A – Art. 2º, parágrafo único, VIII, “e”/NCED

QUESTÃO 04

LETRA B - Arts. 15, caput e §§, do EAOAB.

QUESTÃO 05

LETRA C - Art. 7º, XXI, 'a', do EAOAB

QUESTÃO 06

LETRA D - Art. 7º-A, III e IV, do EAOAB

QUESTÃO 07

LETRA A – Art. 11, IV, do EAOAB

QUESTÃO 08

LETRA B - Art. 3º, § 1º, do EAOAB.

FILOSOFIA

QUESTÃO 09

LETRA B - Ronaldo Dworkin é o filósofo estadunidense associado ao pós-positivismo e que trabalhou pioneiramente a questão da diferença entre regras e princípios. Quanto os princípios, Dworkin defendia que seu conteúdo não era pré-definido, mas sim construído ao longo de tempo, naquilo que ele chamava de história institucional dos princípios. Valendo-se de tal conceito, o filósofo dizia que o intérprete não era livre para atribuir qualquer conteúdo ao princípio, pois a sua interpretação tinha que ser coerente com as anteriores, já que a interpretação principiológica se faz num modelo de "romance em cadeia".

QUESTÃO 10

LETRA D. todas as alternativas são verdadeiras, à exceção da letra "d". Jean-Jacques Rousseau era um liberal e acreditava que o estado de natureza era o do bom selvagem. Quem defendia a afirmação contida no item era Thomas Hobbes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

LETRA D

O enunciado trata de leis anteriores à Constituição Federal, portanto, o que temos que analisar é a questão de recepção/revogação (ou não), da norma com o advento da nova Constituição e não a inconstitucionalidade superveniente que não é admitida pelo STF.

A Lei X era formal e materialmente compatível com a nova Constituição, então será RECEPCIONADA.

A lei Y é formalmente incompatível e materialmente compatível com a nova Constituição, então poderá ser RECEPCIONADA, podendo adquirir uma nova “roupagem”. Exemplos: CTN foi elaborado com quórum de lei ordinária, mas recepcionado como lei complementar; Código Penal que é um Decreto-lei, figura legislativa que não mais existe na Constituição de 88.

A lei Z com era formal e materialmente incompatível com a nova Constituição, então ela não ser recepcionada, isto é, é REVOGADA.

Nada acontece a lei W, pois não há repristinação. Assim, ela não foi repristinada em decorrência da revogação da lei revogadora. A única alternativa compatível com as considerações acima é a letra D.

QUESTÃO 12

LETRA D - O remédio cabível para proteger direito líquido e certo, sem necessidade de produzir qualquer outra prova que não a documental (prova pré-constituída), é o Mandado de Segurança.

QUESTÃO 13

LETRA A.

a) correta. Vide art. 12, I, “c”, CF

b) incorreta. Não é caso de naturalização secundária (brasileiro naturalizado), Júlio será considerado brasileiro nato nos termos do art. 12, I, “c”, CF.

c) incorreta. A opção afirmativa do art. 12, I, “c”, CF se dá após atingida a maioria.

d) incorreta, pois Júlio não nasceu no território brasileiro.

QUESTÃO 14

LETRA A. É a Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar (art. 53, caput). A questão trata da inviolabilidade por opiniões, palavras e votos, na medida em que nenhum parlamentar pode ser responsabilizado, criminal ou civilmente, por opiniões, palavras e votos. Essa inviolabilidade é conferida ao parlamentar no exercício do mandato, não se restringindo ao âmbito do Congresso Nacional.

QUESTÃO 15

LETRA A - Vamos analisar os atos indicados pela questão para entender o gabarito?

1) O projeto de lei X foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Este procedimento é compatível com o texto da Constituição.

“Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.”

2) contudo, foi vetado pelo Presidente da República. Este procedimento também tem amparo no texto da Constituição.

“Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.”

3) O veto foi apreciado em sessão conjunta, especialmente designada para esse fim, sendo rejeitado pela maioria dos presentes. Este procedimento não atende totalmente as exigências constitucionais, já que a rejeição só pode ocorrer por maioria absoluta dos membros!

“Art. 66, § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. “

4) Ato contínuo, o projeto foi promulgado e enviado para publicação. Se o veto não foi rejeitado por maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, o projeto de lei X deveria ser arquivado e não promulgado e publicado!

QUESTÃO 16

LETRA D - Nos termos do art. 86, CF, a instauração do processo deve ser autorizada pela Câmara dos Deputados, o processamento e o julgamento ficam a cargo do Senado Federal, bem como a aplicação da pena de perda da função. Confira aqui:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o **Presidente** e o Vice-Presidente da República **nos crimes de responsabilidade**, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (...)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a **condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública**, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.”

QUESTÃO 17

LETRA B - Conforme art. 34, VI, CF, o descumprimento de ordem ou decisão judicial pode levar a Intervenção Federal no Estado. No caso apresentado na questão, o ato deve mesmo ser requisitado pelo STF ao Presidente da República, nos termos do art. 36, II, CF.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 18

LETRA A.

- a) Falsa. Art. 3º da Lei 9.474/97.
- b) Verdadeira. Art. 1º, I da Lei 9.474/97.
- c) Verdadeira. Art. 1º, II da Lei 9.474/97.
- d) Verdadeira. Art. 1º, III da Lei 9.474/97.

QUESTÃO 19

LETRA A.

- a) Falsa. Art. 81, I da NLM.
- b) Verdadeira. Art. 81, II da NLM.
- c) Verdadeira. Art. 81, III da NLM.
- d) Verdadeira. Art. 81, IV da NLM.

DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO 20

LETRA D.

- a) Verdadeira. Art. 22, I, “a” do CPC.
- b) Verdadeira. Art. 22, I, “b” do CPC.
- c) Verdadeira. Art. 22, II do CPC.
- d) Falsa. Art. 22, III do CPC.

QUESTÃO 21

LETRA D.

- a) Verdadeira. Art. 12 da NLM.
- b) Verdadeira. Art. 30 da NLM.
- c) Verdadeira. Art. 49 da NLM.
- d) Falsa. Art. 123 da NLM.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 22

LETRA C

- a). Falso. Conforme determina o art. 154, II, da Constituição Federal, os impostos extraordinários somente poderão ser instituídos em caso de guerra externa ou sua iminência, o que não é a hipótese descrita.
- b). Falso. A competência para instituição de empréstimos compulsórios é exclusiva da União, conforme art. 148, da Constituição Federal. Assim, os Estados, Distrito Federal e Municípios não poderão instituí-los.
- c). Verdadeiro. A competência para instituição de empréstimos compulsórios é exclusiva da União, conforme art. 148, inciso I, da Constituição Federal. Por se tratar de despesa extraordinária, é possível a cobrança imediata, porquanto não se aplica o princípio da anterioridade, conforme exceção prevista no art. 150, §1º, da Constituição Federal.
- d). Falso. É possível a instituição de empréstimos compulsórios, a teor do art. 148, I, da Constituição Federal.

QUESTÃO 23

LETRA C

A imunidade tributária conferida às entidades religiosas pelo art. 150, VI, “b”, da Constituição Federal, alcança os cemitérios religiosos, escritório e moradia dos membros da referida entidade, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no RE 578562 e ARE 895972. Por fim, registra-se que não se trata de hipótese de isenção, já que prevista pelo texto constitucional.

QUESTÃO 24

LETRA A

- a). Verdadeiro. Conforme art. 149, da Constituição Federal, as contribuições cobradas de categorias profissionais ou econômicas são tributos de competência da União. Vale registrar que os conselhos de classe detém a denominada capacidade tributária ativa de cobrar e fiscalizar, considerando que são destinatários dos respectivos recursos. Por fim, os conselhos, por sua natureza autárquica, tem legitimidade ativa para cobrança, inclusive propositura de execução fiscal.
- b). Falso. A referida matéria (“contribuições corporativas”) não está reservada a lei complementar, conforme se verifica da leitura do art. 149, da Constituição Federal e orientação do STF – Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI 4697. Por outro lado, acrescenta-se que, se estivesse errada a cobrança, cabeira restituição no referido prazo de 5 (cinco) anos, conforme art. 168, I, do CTN – Código Tributário Nacional.
- c). Falso. Conforme art. 149, da Constituição Federal, as contribuições corporativas são tributos de competência da União e, portanto, compulsórias (art. 3º, do CTN – Código Tributário Nacional).
- d). Falso. Apesar de a cobrança ser constitucional, não é somente a União que poderá efetuar a sua exigência. Isso porque os conselhos de classe detém a denominada capacidade tributária ativa de cobrar e fiscalizar, considerando que são destinatários dos respectivos recursos. Registra-se, por fim, que a competência tributária é indelegável (somente a União poderá instituir tal tributo). Contudo, é delegável a denominada “capacidade tributária ativa”, isto é, a atribuição de cobrar e fiscalizar, a teor do art. 7, do CTN – Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 25

LETRA D

Em regra, a lei tributária não retroage (art. 150, III, “a”, da CF – Constituição Federal). Contudo, há retroatividade benigna obrigatória, prevista no art. 106, II, do CTN, em relação à infração (penalidade/multa) que não tenha sido objeto de trânsito em julgado. Perceba que a referida multa ainda está pendente (não houve pagamento ou discussão). Registra-se, por fim, que para haver retroatividade em relação ao tributo, a lei deveria expressamente assim determinar, o que não é o caso. Por essa razão, a única resposta correta é a prevista na alternativa D.

QUESTÃO 26

LETRA B

- a). Falsa. As alíquotas do ITCO poderão ser progressivas, conforme decidido pelo STF – Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 562045, interpretando o princípio da capacidade contributiva (art. 145, §1º, da CF – Constituição Federal).
- b). Verdadeiro. Trata-se de mera transferência de dados da esfera bancária para a fiscal. Assim, é permitido ao Fisco requisitar diretamente às instituições financeiras informações sobre movimentações bancárias, não violado o dever de sigilo. Esse foi o entendimento do STF – Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 601314.
- c). Falso. É necessário o encerramento da fase administrativa (vencimento do tributo ou decisão administrativa irrecurável) para que a ação penal possa ser ajuizada, conforme decidido pelo STF – Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante nº 24.
- d). Falso. Ambos são responsáveis tributários, conforme art. 131, II, do CTN – Código Tributário Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 27

LETRA C – O princípio que determina o ato ser imputado à Administração é o Princípio da Impessoalidade. As demais assertivas estão corretas de acordo com a melhor doutrina.

QUESTÃO 28

LETRA D

A Letra A está errada, pois o contrato será regido pelo Direito Privado, nos termos do art. 25 da Lei 8.987/95
A Letra B está errada, pois é necessário que aconteça Licitação, na modalidade Concorrência, conforme o art. 26 da Lei 8.987/95.
A Letra C está errada, pois, embora seja Pessoa Jurídica de Direito Privado, a Concessionária é Prestadora de Serviço Público, de forma que sua responsabilidade é objetiva.

QUESTÃO 29

LETRA C

A Letra A está errada, pois a restrição de direito individuais tem o objetivo de beneficiar a coletividade.
A Letra B está errada, pois o Poder Disciplinar também incide sobre particulares que tenham vínculo específico com a Administração.
A Letra D está errada, pois o descrito na alternativa é exteriorização do poder de polícia.

QUESTÃO 30

LETRA D – Não é todo ato administrativo que possui o atributo da imperatividade. Somente tem este atributo aquele ato que impõe obrigações. Os atos de consentimento, como as autorizações e permissões, não possuem esse atributo, em razão de o interesse privado estar ao lado do interesse público.

QUESTÃO 31

LETRA A - Quando a Administração Pública exerce suas atividades, deve-se ter em mente que o exercício da atividade administrativa não ocorre de forma ilimitada. Na verdade, a atividade administrativa é, por essência, limitada.

Em determinados momentos, esse regramento pode atingir os vários aspectos de uma atividade determinada; neste caso, diz-se que o poder da Administração é VINCULADO, afinal, a lei não deixou margem de escolha para o administrador público atuar.

Dessa forma, caso o particular cumpra todos os requisitos estabelecidos em lei, nasce para ele um direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato.

Em outras situações, o regramento não atinge todos os aspectos da atuação administrativa. Nesta situação, ocorre a chamada DISCRICIONARIEDADE administrativa. Em outras palavras, ocorre a discricionariedade quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto. Observe que a discricionariedade é pautada na análise da oportunidade e conveniência sempre dentro dos limites da lei.

Atente-se, ainda, para o fato de um ato discricionário não se confundir com um ato arbitrário. Veja que o primeiro é editado com base na oportunidade e conveniência do administrador público, estando restrita aos limites estabelecidos pela lei. Ao contrário, o ato arbitrário representa o abuso, representa um ato praticado fora dos limites da lei, sendo, portanto, um ato ilegal.

QUESTÃO 32

LETRA C – A descentralização origina o controle por Tutela. A desconcentração origina o controle hierárquico.

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 33

LETRA C

A questão exige o conhecimento literal da norma expressa no artigo 225, parágrafo 3º, da CF-88, que fundamenta a tríplice responsabilização pelo dano ambiental.

- a) Errada. Apesar de haver responsabilidade civil e administrativa, a capacidade econômica do infrator tem repercussão no valor da multa a ser aplicada, conforme dispõem a lei 9.605-98 e o Decreto 6.514-08
- b) Errada. Conforme fundamento acima citado, a tríplice responsabilização pelo dano ambiental permite que o infrator seja responsabilizado nas três esferas: cível, penal e administrativa
- c) Correta. O fato do crime ter sido praticado em sua modalidade culposa permitirá a aplicação da pena reduzida. De toda forma, além da esfera penal, o autor responderá civil e administrativamente pelo fato praticado
- d) Errada. A responsabilidade administrativa exige a demonstração de culpa, por isso a alternativa está errada.

QUESTÃO 34

LETRA D

Para acertar esta questão, há de se conhecer a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei 9.433-98.

- a) Errada. Segundo o artigo 14 da lei em questão, a **outorga** efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal. Não há competência exclusiva da União, como dito. Portanto, alternativa errada
- b) Errada. Pelo mesmo motivo exposto na Letra a. A outorga é de competência comum, ou melhor, não há previsão de exclusividade para a União
- c) Errada. O fato da água ser de domínio público não impede a sua utilização, precedida de outorga por parte do poder Público.
- d) Correta. Conforme parágrafo 1º do artigo 14 da Lei 9.433, O Poder Executivo **poderá delegar** aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União. Todavia, é necessário observar o que diz o art. 12, § 1º **Independem** de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento: (...) III - as acumulações de volumes de água consideradas **insignificantes**.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 35

LETRA C.

QUESTÃO 36

LETRA D.

QUESTÃO 37

LETRA A.

QUESTÃO 38

LETRA A.

QUESTÃO 39

LETRA D.

QUESTÃO 40

LETRA A – ARTIGO 270 CC

QUESTÃO 41

LETRA B

- a) Artigo 1.727 c/c 1.521, IV, CC/02.
- b) Artigo 1.723, 1.725, 1.521, IV do CC/02 e 226, §3º, CR/88.
- c) Artigo 1.727, 1.521, IV, CC/02 e 226, §3º, CR/88.
- d) Artigo 1.723, 1.724, 1.725, do CC/02.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 42

LETRA C.

- a) Conforme Artigo 23, ECA, a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- b) O Art. 19, §2º, ECA, dispõe que é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta. Como não é o caso de perda do poder familiar, não há de se falar em adoção.
- c) A obrigação dos avós é subsidiária, conforme Art. 1.696, CC/02. No caso, responderão já que o ascendente imediato (pai) já é falecido.
- d) A família deverá ser auxiliada e, em relação ao acolhimento institucional, ainda que fosse cabível, sua reavaliação deve acontecer em, no máximo, 06 meses, conforme Artigo 19, §1º.

QUESTÃO 43

LETRA D

- a) Falsa. Art. 42, §2º, ECA.
- b) Não há limite máximo.
- c) O vínculo de parentesco não é exigência para adoção.
- d) Verdadeiro. Art. 46, caput e §º 2º, ECA.

DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 44

LETRA C.

Todas as alternativas encontram fundamento conjunto nos Artigos 3º, 6º, X e 22, CDC.

QUESTÃO 45

LETRA B.

Todas as alternativas encontram fundamento conjunto nos Artigos 18 e 26, CDC.

Trata-se de produto durável, com vício oculto. O prazo, no caso, é decadencial e de 90 dias, contado do momento em que ficar evidenciado o defeito. Não se trata, pois, de fato do produto e sequer de prazo prescricional.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 46

LETRA D.

- a) Verdadeira. Artigo 982, parágrafo único do Código Civil;
- b) Verdadeira. Artigo 982, parágrafo único do Código Civil;
- c) Verdadeira. Artigo 982, parágrafo único do Código Civil;
- d) Falsa. Artigo 982, parágrafo único do Código Civil;

QUESTÃO 47

LETRA A.

- a) Verdadeiro. Artigo 1.013 do Código Civil;
- b) Falsa. Artigo 1.060 do Código Civil;
- c) Falsa. Artigo 1.060 do Código Civil;
- d) Falso. Artigo 1.1016 do Código Civil;

QUESTÃO 48

LETRA C.

- a) Verdadeiro. Artigo 1.119 do Código Civil;
- b) Verdadeiro. Artigo 3, parágrafo primeiro da Lei de S.A. (Lei 6.404/76);
- c) Falso. Artigo 1.160 do Código Civil;
- d) Verdadeiro. Artigo 220 da Lei de S.A.;

QUESTÃO 49

LETRA D.

- a) Falso. não há aceite no cheque;
- b) Falso. Existe nas duplicatas e na letra de câmbio;
- c) Falso. não existe aceite na nota promissória;
- d) Verdadeiro, existe nas duplicatas e na letra de câmbio

QUESTÃO 50

LETRA C.

- a) Falso art. 48 da Lei 11.101/05;
- b) Falso art. 50 da Lei 11.101/05;
- c) Verdadeiro art. 54 da Lei 11.101/05;
- d) Falso art. 45 da Lei 11.101/05.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 51

LETRA A - uma das condições da ação é o interesse processual, de acordo com o qual o autor deverá demonstrar NECESSIDADE-UTILIDADE na prestação da tutela jurisdicional. No caso, a ação que objetiva cobrança de dívida não vencida é caso de ausência de NECESSIDADE, sendo, portanto, aplicável o art. 485, VI, CPC.

QUESTÃO 52

LETRA D - Trata-se de incompetência absoluta da justiça comum, em razão da matéria, que deve ser declarada de ofício pelo juiz, ainda que a parte ré não alegue em preliminar de incompetência. Destaque-se, ainda, que a competência absoluta não pode ser modificada por vontade das partes (ela é inderrogável). V. arts. 63 e 64, CPC.

QUESTÃO 53

LETRA C - art. 525, CPC. A impugnação ao cumprimento de sentença independe de garantia do juízo, pode versar sobre excesso de execução e só terá efeito suspensivo se garantido o juízo e o impugnante demonstrar a relevância de seus fundamentos e o perigo da demora.

QUESTÃO 54

LETRA B - I. art. 916; II. Art. 915, § 3º; III. Art. 915, caput e § 1º

QUESTÃO 55

LETRA C - art. 332, parágrafo 1º, CPC

QUESTÃO 56

LETRA C - Praticado o ato, com bom ou mau êxito, a parte não poderá renová-lo, modifica-lo ou substituí-lo, pelo fenômeno da preclusão consumativa.

QUESTÃO 57

LETRA D - art. 361, CPC.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 58

LETRA C.

- a) ERRADA. A hipótese é de crime contra a vida do presidente da república, sujeita ao princípio da extraterritorialidade incondicionada, conforme o art. 7º, I, “a”, CP. Por isso, ainda que tenha ocorrido no estrangeiro, o criminoso estará sujeito à lei penal brasileira.
- b) ERRADA. O caso narrado é de extorsão mediante sequestro, prevista no art. 159 do Código Penal. Trata-se de crime permanente, cuja consumação se prolongará no tempo até o agente decida cessar a conduta criminosa. Nesse caso, deve ser aplicado a Súmula 711 do STF, que assim dispõe: “A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.
- c) CORRETA. De início, deve ficar claro que a Marinha Mercante Brasileira é de natureza privada. Portanto, a hipótese é de conduta praticada por estrangeiro, contra estrangeiro, em território estrangeiro (embarcação de propriedade privada em porto estrangeiro). Não se aplica a lei penal brasileira, vez que ausentes quaisquer hipóteses de extraterritorialidade disciplinadas no art. 7º do Código Penal (não existem informações suficientes para presumir a ocorrência do art. 7º, II, “c”, CP). Mas respondendo especificamente ao perguntado no enunciado: o local de ocorrência da conduta deve ser considerado território brasileiro ou estrangeiro? O Código Penal considera lugar do crime aquele em que ocorreu a ação ou omissão, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado (art. 6º, CP). A conduta e o resultado ocorreram em embarcação privada ancorada em território estrangeiro. Então, o fato não foi praticado em território brasileiro (local onde o Estado brasileiro exerce a sua soberania).
- d) O crime praticado por Laura ficará sujeito à lei penal brasileira, por força do princípio da extraterritorialidade incondicionada, prevista no art. 7º, I, “c”, CP.

QUESTÃO 59

LETRA D - Inexistente a vontade consciente de matar o idoso, não há falar em homicídio doloso. Além disso, para que o agente possa ser responsabilizado por homicídio culposo, todos os seus elementos devem estar presentes, a saber: 1. Conduta voluntária; 2. Inobservância do dever objetivo de cuidado (negligência, imprudência e imperícia); 3. Nexo causal; 4. Resultado involuntário previsível; 5. Tipicidade. No caso narrado, não há inobservância a um dever objetivo de cuidado. Pelo contrário, a questão informa que Mévio estacionou regularmente em via pública, isto é, de acordo com as normas de trânsito. Basta se perguntar: existe algum cuidado extra que se poderia exigir daquele pai que estacionou o carro com o objetivo de deixar o filho na escola? Deveria o pai sair do carro com a criança pelo lado da rua, expondo-a a perigo de lesão? Deveria o pai cruzar o banco dianteiro para sair do lado da calçada e, enfim, abrir a porta para seu filho sair do carro? Evidente que não. Não faltou qualquer comportamento diligente por parte do pai, capaz de evitar o resultado involuntário ocorrido. Ausente a imprudência, negligência ou imperícia, Mévio não responde por crime algum.

QUESTÃO 60

LETRA C - A questão narra dois fatores distintos que concorreram para o resultado morte de Antônio. O primeiro deles, foi a conduta de Maria de envenenar a comida de Antônio. O segundo deles, foi o desabamento do teto. Considerando que o desabamento no teto não possui qualquer relação com a conduta de envenenamento da comida, trata-se de concausa absolutamente independente. O desabamento do teto ocorreu depois da conduta de Maria, por isso é concausa superveniente. A concausa absolutamente independente, seja ela preexistente, concomitante ou superveniente, rompe o nexo de causalidade iniciado pela conduta do agente e faz com que ele responda somente pelo conduta praticada, por isso Maria responderá por tentativa de homicídio e não homicídio consumado.

QUESTÃO 61

LETRA A - O consentimento do ofendido pode funcionar como causa de exclusão da tipicidade ou causa de exclusão da ilicitude, a depender do crime em discussão. Para que seja uma causa de exclusão da tipicidade formal, o dissentimento do ofendido deve ser elementar do tipo penal incriminador. Ora, se o dissentimento é elementar do crime, quando a vítima consentir com a prática do fato, ele será atípico (ex: art. 150, CP). De outro lado, é possível que exclua a ilicitude quando presentes os seguintes requisitos: (a) agente capaz para consentir; (b) consentimento prestado livre de qualquer vício de vontade (ex: coação, fraude); (c) consentimento prestado antes ou concomitante à conduta do agente; (d) bem jurídico disponível. Considerando que a liberdade de locomoção é bem jurídico disponível, o consentimento de Jovino deve ser considerado válido e hábil a excluir a ilicitude.

QUESTÃO 62

LETRA C - Nunca se esqueçam que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa, por isso não há falar em exercício regular de um direito. Da mesma forma, não é dever de nenhum policial matar alguém, pelo contrário o policial deve zelar pela vida das pessoas. Contudo, quando alguém pratica uma injusta agressão contra esse policial, o agente de segurança pública pode repelir essa injusta agressão usando moderadamente dos meios necessários. O caso é, portanto, de legítima defesa.

QUESTÃO 63

LETRA A - Não existe compensação de culpas no Direito Penal. Assim, considerando que ambos os motoristas não observaram o dever objetivo de cuidado exigido pelas normas de trânsito, ambos responderão por lesão culposa na direção de veículo automotor, prevista no art. 302 do CTB. Não devem responder por lesão corporal grave (art. 129, §1º, CP), pois não agiram com dolo, mas sim com culpa. E não devem responder pelo art. 129, §6º, do CP, em respeito ao princípio da especialidade.

QUESTÃO 64

LETRA D.

- a) ERRADA. O caso não é de autoria colateral, mas sim de concurso de pessoas, vez que presentes todos os requisitos para tanto: (a) pluralidade de agentes e condutas; (b) liame subjetivo; (c) nexo causal; (d) identidade de infração penal. A questão deixou claro o liame subjetivo entre os agentes quando disse que João e José colocaram-se combinadamente em um desfiladeiro esperando a vítima passar. Assim, ambos devem responder por homicídio consumado.
- b) ERRADA. A questão narra um desvio subjetivo de conduta, disciplinado pelo art. 29, §2º, do Código Penal. Pois um dos concorrentes praticou crime mais grave (latrocínio) do que o combinado (furto). Isso pode ser inferido da própria narrativa do enunciado quando diz que um dos agentes surpreendeu a todos os outros quando matou o proprietário da casa. Se existe a surpresa, é porque isso não foi combinado entre os meliantes. Cada qual responderá de acordo com o seu dolo, conforme prevê o supracitado dispositivo normativo.
- c) Ambas as mulheres responderão por infanticídio por força do art. 30 do Código Penal, que assim dispõe: “Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.”. O estado puerperal é elementar e, por isso, se comunica a todos os concorrentes do delito.
- d) A hipótese é de erro sobre a pessoa, disciplinada no art. 20, §3º, do CP: “O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.”.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 65

LETRA D - Vide arts. 76 e 77, ambos do CPP.

QUESTÃO 66

LETRA C.

- a) O inquérito policial é dispensável quando o titular da ação penal tiver formado sua *opinio delicti* por meio de outros elementos de informação. Essa é interpretação a *contrario sensu* que fazemos do art. 12 do CPP: o inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa sempre que servir de base a uma ou outra. Ora, se ele não servir de base, a denúncia ou queixa não será acompanhada pelo inquérito policial.
- b) A vítima somente poderá propor ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Público agir com desídia, isto é, quando não oferecer denúncia, não requerer a devolução do inquérito à autoridade policial para realização de diligências imprescindíveis ou não requerer o arquivamento do inquérito. Assim, quando o *Parquet* permanecer inerte é cabível a ação penal privada subsidiária da pública (art. 5º, LIX, CF). Se o inquérito foi arquivado, não há desídia por foi feito o requerimento de arquivamento à autoridade judiciária.
- c) O termo circunstanciado de ocorrência é utilizado para investigação das infrações de menor potencial ofensivo (art. 61 da Lei 9.099/95). Não tem qualquer relação com a espécie de ação penal, que pode ser pública ou de iniciativa privada.
- d) Somente a autoridade judiciária pode determinar o arquivamento do inquérito policial (arts. 17 e 18, ambos do CPP).

QUESTÃO 67

LETRA B - Vide art. 312 a 314, todos do CPP.

QUESTÃO 68

LETRA D - A *emendatio libelli* está disciplinada no art. 383 do CPP, enquanto que a *mutatio libelli* no art. 384 do CPP. O caso não é de *emendatio*, mas sim de *mutatio libelli*, pois durante o curso de instrução processual surgiram provas de elementos não constantes na acusação (denúncia), o que exige o seu aditamento para que possa ser considerado pelo juiz quando da prolação da sentença penal. No caso, não consta na imputação ministerial o elemento subjetivo do injusto, previsto no art. 159 do CP, provado durante a instrução, qual seja, a especial finalidade de obter qualquer vantagem, para si ou para outrem, como condição ou preço de resgate. Assim, caso o Ministério Público não faça o devido aditamento, em respeito ao sistema acusatório, o juiz deve absolver o réu, pois não praticou o crime narrado na denúncia (art. 148, CP), mas sim outro diverso do qual não está sendo acusado (art. 159, CP). Não pode, portanto, o magistrado, condenar o réu por um crime que não cometeu.

QUESTÃO 69

LETRA A - A carta testemunhável (art. 639, CPP) é recurso adequado para impugnar a decisão de não conhecimento do recurso de agravo em execução (art. 197, LEP) ou do recurso em sentido estrito (art. 581, CPP). Considerando que tanto o Ministério Público quanto a Defesa podem interpor os recursos mencionados, o interesse de destrancá-los pode surgir para qualquer das partes que tiver o recurso denegado. O *habeas corpus*, por outro lado, deve ser utilizado sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir (art. 647, CPP). Os embargos infringentes devem ser interpostos quando um acórdão, não unânime, desfavorável ao réu, for proferido por um Tribunal. O recurso tem o propósito de fazer prevalecer o voto vencido, favorável à Defesa (art. 609, parágrafo único, do CPP). Por fim, a revisão criminal é ação autônoma de impugnação que visa desconstituir a coisa julgada, quando presente quaisquer das hipóteses do art. 621 do CPP. De qualquer maneira, não poderá ser agravada a situação imposta pela condenação a ser revista (art. 626 do CPP). Resta esclarecido, portanto, que todos os três últimos meios de impugnação visam tutelar exclusivamente os interesses do réu.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 70

LETRA D.

- a) *(Incorreta – artigos 2º e 10 da Lei 6.019/74)*
- b) *(Incorreta – Súmula 331, IV e V do TST)*
- c) *(Incorreta – OJ 191 da SDI-1 do TST)*
- d) *(Correta – artigo 4º-A da Lei 6.019/74)*

QUESTÃO 71

LETRA C.

- a) *(Correta – artigo 59, §5º da CLT)*
- b) *(Correta – artigo 611-A, III, da CLT)*
- c) *(Incorreta – artigo 58, §2º da CLT)*
- d) *(Correta – artigo 4º, §2º da CLT)*

QUESTÃO 72

LETRA A.

- a) *(Correta – artigo 510-D, §3º da CLT)*
- b) *(Incorreta – Súmula 369, V do TST)*
- c) *(Incorreta – Art. 164, §5º da CLT)*
- d) *(Incorreta – artigo 10, II “b” ADCT e Súmula 244, III do TST)*

QUESTÃO 73

LETRA B.

- a) *(Incorreta – artigo 134, §1º da CLT)*
- b) *(Correta – artigo 134, §3º da CLT)*
- c) *(Incorreta – artigo 145 da CLT)*
- d) *(Incorreta – artigo 136, §2º da CLT)*

QUESTÃO 74

LETRA D.

- a) *(incorreta)*
- b) *(incorreta)*
- c) *(incorreta)*
- d) *(Correta – artigo 59-A, caput e §1º da CLT c/c artigo 193, inciso II e §1º da CLT)*

QUESTÃO 75

LETRA B.

- a) *(Incorreta – artigo 620 da CLT)*
- b) *(Correta – artigo 614, §3º da CLT)*
- c) *(Incorreta – artigo 9º da CR/88 e artigo 1º da Lei 7.783/89)*
- d) *(Incorreta – artigo 7º da Lei 7.783/89)*

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 76

LETRA C.

- a) Falsa. Artigo 840, § 3.º, da CLT – somente o pedido não liquidado será arquivado.
- b) Falsa. Artigo 840, § 1.º, da CLT.
- c) Verdadeira. Artigo 840, §§ 1.º e 3.º, da CLT.
- d) Falsa. Artigo 852-A, da CLT – a Reclamação Trabalhista tramitará pelo rito ordinário, eis que o valor da causa supera 40 (quarenta) salários mínimos.

QUESTÃO 77

LETRA A.

- a) Verdadeira. Artigo 855-B, § 1.º, da CLT.
- b) Falsa. Artigo 855-B, *caput*, da CLT.
- c) Falsa. Artigo 855-B, § 1.º, da CLT.
- d) Falsa. Artigo 855-E, da CLT.

QUESTÃO 78

LETRA D.

- a) Falsa. Artigo 844, da CLT.
- b) Falsa. Artigo 844, § 2.º, da CLT.
- c) Falsa. Artigo 844, § 3.º, da CLT.
- d) Verdadeira. Artigo 844, *caput* e §§ 2.º e 3.º, da CLT

QUESTÃO 79

LETRA C.

- a) Falsa. Artigo 899, §§ 9.º e 10, da CLT.
- b) Falsa. Artigo 899, §§ 9.º e 10, da CLT.
- c) Verdadeira. Artigo 899, §§ 9.º e 10, da CLT.
- d) Falsa. Artigo 899, §§ 9.º e 10, da CLT.

QUESTÃO 80

LETRA D.

- a) Falsa. Artigo 651, da CLT.
- b) Falsa. Competência Territorial é relativa, não podendo a incompetência ser arguida de ofício, sendo necessário o oferecimento de Exceção.
- c) Falsa. Artigo 799, § 2.º, da CLT, c/c Súmula 214, c, do TST.
- d) Verdadeira. Artigo 800, da CLT.